



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
ÁREA DE PERÍCIAS EXTERNAS – APEX/DPER/INC/DITEC/PF

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.019521/2020-48

TERMO DE REFERÊNCIA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

MJSP – POLÍCIA FEDERAL

PREGÃO SRP Nº/20...
(Processo Administrativo n.º08200.019521/2020-48)

Ref.: IN nº 1/2019

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de estações periciais de trabalho para uso pelos PCFs lotados no SEPEX/DPER/INC/DITEC/PF para uso em campo e em ações de capacitação/treinamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, por meio de licitação, modalidade pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP), do tipo menor preço por item:

ITEM	MATERIAL	CATMAT/CATSER	UNID. MEDIDA	REQUIS. MÍNIMA	REQUIS. MÁXIMA	Valor Unitário Referência (R\$)
1	ESTAÇÃO DE CAMPO 2 EM 1 - TIPO 2	463301	unid.	7	14	8.593,7
2	HD EXTERNO	150347	unid.	20	40	514,45
3	PENDRIVE 64GB	151033	unid.	20	40	110,77
4	PENDRIVE 16 GB	151033	unid.	60	120	55,76
5	SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD	27502	unid.	5	10	11.422,5

1.2. O quantitativo de requisição mínima constante na tabela acima para o item 1 foi estabelecido considerando-se o número de Peritos Criminais Federais (PCFs) lotados no Serviço de Perícias Externas, que atualmente são 7. Para os itens 2, 3 e 4, os quantitativos de requisição mínima foram estabelecidos de modo a permitir que os PCFs do SEPEX possam realizar atendimentos de requisições periciais distintas mas simultâneas, processando os materiais produzidos na documentação de campo, bem como atender as ações de capacitação conduzidas pelo SEPEX, como o Curso de Formação Profissional de Peritos Criminais Federais e o Curso de Especialização em Criminalística aplicada a Locais de Crime em 2020 /2021. Já para o item 5, o quantitativo de requisição mínima foi estabelecido considerando-se o número de Peritos Criminais Federais (PCFs) lotados no Serviço de Perícias Externas e no Serviço de Perícias em Audiovisual e Eletrônicos - SEPAEL.

1.3. Nos termos do art. 47 e inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006 (atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014), a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

1.4. Assim, à exceção dos itens 1 e 5, os itens serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.5. Serão exigidos Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, para comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características e quantidades estabelecidas neste instrumento.

1.6. Os materiais a serem fornecidos deverão ser novos, genuínos e de boa qualidade, não sendo aceitos produtos usados, falsificados, reutilizados, de mercado paralelo ou de origem duvidosa, devendo, ainda, obedecer às normas e aos padrões da ABNT e demais normas nacionais e internacionais aplicáveis.

1.7. A Administração poderá solicitar documentos que possam comprovar a autenticidade e origem dos materiais a serem fornecidos.

1.8. Qualquer menção de marca ou fabricante, na especificação dos itens deste Termo de Referência, serve como referência de desempenho e qualidade dos itens existentes no mercado, dando aos licitantes, informações quanto às características desejadas no produto solicitado pela Administração. Tal registro no presente ato convocatório não condiciona ou mesmo impõe alguma indicação de marca ou modelo aos licitantes, os quais poderão propor produtos de marcas e modelos distintos dos sugeridos, desde que os mesmos possuam as especificações mínimas descritas no presente Edital. Tais especificações encontram-se alinhadas com o § 7º e Inciso I do Art. 15 da Lei nº 8.666/1993 e com as normas da ABNT, visando atender ao princípio da padronização e especificação completa do bem, além dos critérios de sustentabilidade ambiental da IN nº 01, de 19 Jan 2010, levando-se em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

1.9. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT / Código BR do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

1.10. Na hipótese de não haver vencedor para os itens de contratação destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, os itens poderão ser destinados a empresas que não se enquadrem nestas definições.

1.11. Por questão de necessidade de padronização dos equipamentos, acessórios, soluções, insumos etc, optou-se pela não abertura de cota reservada para os itens informados anteriormente, o que poderia ensejar a ocorrência de fornecimento de multi equipamentos para o mesmo material, caracterizando prejuízo para o

conjunto ou o complexo do objeto, nos termos do Art. 8º do Decreto 8.538/2015.

1.12. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato.

1.13. Os equipamentos listados serão utilizados, no âmbito da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal - DITEC/PF, no processamento e documentação de local de crime, desenvolvimento de metodologias de exame, capacitação e treinamento de alunos dos Cursos de Formação Profissional, bem como na capacitação e treinamento de Peritos Criminais Federais e peritos criminais dos estados, por meio do Curso de Especialização em Criminalística aplicada a Locais de Crime, previsto para ocorrer no ano de 2020, e deverão atender às seguintes especificações:

1.13.1. **ESTAÇÃO DE CAMPO 2 EM 1 - TIPO 2**

- a) Computador portátil, do tipo 2 em 1 (notebook reversível para tablet);
- b) Processador Intel i7-8565U (ou superior);
- c) Tela de 14 polegadas Full HD Multitouch (ou superior);
- d) Placa de vídeo integrada Intel UHD Graphics (ou superior);
- e) SSD 256GB (ou superior);
- f) 8GB de memória RAM DDR4 (ou superior);
- g) Teclado português (BR) retroiluminado;
- h) Portas USB 3.1, USB tipo C;
- i) Conexão HDMI, leitor de cartões SDcard;
- j) Leitor de impressão digital;
- k) Caneta multitouch inclusa;
- l) Webcam;
- m) Bivolt automático;
- n) Sistema Operacional Windows 10 Home em português;
- o) Acompanha bolsa ou mochila de transporte de mesma marca;
- p) Garantia de 12 meses.

Referência: Lenovo 2 em 1 ideapad C340 81RL0001BR ou de melhor qualidade.

1.13.2. **HD EXTERNO**

- a) HD externo com capacidade nominal mínima de 2 TB;
- b) Invólucro de alta durabilidade;
- c) USB 3.0;
- d) Itens inclusos: HD dentro do estojo e cabo usb 3.0.
- e) Garantia de 12 meses.

Referência HD Externo Portátil Seagate Expansion 2TB USB 3.0 Preto ou de melhor qualidade.

1.13.3. **PENDRIVE 64 GB**

- a) Capacidade nominal de 64 GB;
- b) Interface padrão usb 3.0 (compatível com versões anteriores de USB 2.0);
- c) Velocidade de transferência de dados mínima de 80 MB/s;
- d) Conexão plug and play;
- e) Cor predominante preta ou prata.

Referência: sandisk ultra flair USB 3.0 ou de melhor qualidade.

1.13.4. **PENDRIVE 16 GB**

- a) Capacidade nominal de 16 GB;
- b) Interface padrão USB 3.0.

Referência: Pen Drive 16 GB USB 3.0 Kingston Data Traveler ou de melhor qualidade.

1.13.5. **SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD**

- a) Aquisição de subscrição de Licenças de uso da suíte do software Adobe Creative Cloud (todos os apps), de forma a obter novas atualizações pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses;
- b) Idioma: Português/Brasil;
- c) Fornecimento de todos os manuais e documentos técnicos necessários para as suas instalações e para o seu uso e operação.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Área de Perícias Externas do Instituto Nacional de Criminalística (APEX/DPER/INC/DITE/PF) é o setor responsável por estabelecer doutrinas e procedimentos de exames relacionados aos locais de crime no âmbito da Instituto Nacional de Criminalística e da Polícia Federal. Sempre de abordagem pericial multidisciplinar, os locais de crime são constituídos por uma amplo espectro de ambientes, dentre eles locais de morte violenta, arrombamentos, locais de pós-explosão, incêndios, desastres causados pelo homem e outros, cujos vestígios estendem-se de escalas microscópicas a macroscópicas, até os limites tecnológicos/investigativos.

2.2. Conforme o planejamento estratégico erigido pela APEX e consubstanciado pela direção da DITEC, a APEX assumirá progressivamente responsabilidades relacionadas ao seu campo de atuação, à medida em que a Área seja munida de novos equipamentos com aplicação pericial, criando condições reais para que seu quadro de peritos possa responder operacionalmente, ao mesmo tempo em que o setor, como um todo, possa atuar como assessoria técnica direta da DPER, INC, DITEC e PF.

2.3. A atividade de processamento de Locais de Crime, por natureza, envolve a produção de um grande volume de arquivos de imagem e vídeo. Na grande maioria dos casos em que a APEX é acionada (Ex. Brumadinho, Museu Nacional e diversos casos de reprodução simulada), decorre do processamento do local de crime a produção de imagens por meio de Drones e Scanner 3D, sendo que a manipulação dos arquivos correspondentes gera uma demanda de processamento computacional superior à capacidade atualmente instalada nesta Área.

2.4. Devido à ausência de estações de trabalho de alto desempenho, a conjuntura atual da APEX é de total dependência frente a outras unidades, quando do processamento e análise de tais imagens, não tendo sequer os recursos mínimos para visualizar os próprios arquivos que darão origem aos seus laudos, situação essa que traz transtornos e dificuldades para o desenvolvimento e finalização dos casos. Sem tal capacidade, o perito é obrigado a delegar atividade que seria de sua responsabilidade, reduzindo o seu entendimento acerca da dinâmica dos eventos.

2.5. Enquanto outras áreas da Perícia Criminal Federal, como Informática, Audiovisual, Meio Ambiente, Laboratório, Engenharia e outros já realizaram aquisições de equipamentos baseadas em suas necessidades próprias de serviço, o mesmo nunca aconteceu com a APEX. Ao contrário, a maior parte de seus peritos utiliza as mesmas estações de trabalho utilizadas por servidores do quadro administrativo ou utiliza equipamentos "emprestados" de outros serviços. Os dois casos resultam em dificuldades de processamento dos casos e severos prejuízos ao serviço.

2.6. A despeito das atividades operacionais executadas pela APEX, convém mencionar que o rol de atividades desta Área não se restringe ao campo estritamente operacional. Esta Área pretende retomar e incrementar as ações de capacitação relacionadas ao seu campo de atuação, tendo já sido realizada uma ação alinhada a esse propósito, ao se estruturar o Curso de Especialização em Criminalística aplicada a Locais de Crime, como forma de conduzir o Instituto Nacional de Criminalística à posição de centro nacional de difusão de doutrina, produção científica e inovação em Ciências Forenses, bem como com o intuito de se buscar o fortalecimento da Perícia em Local de Crime no âmbito da PF, além de sua integração com os órgãos periciais estaduais. A referida ação de capacitação será realizada em parceria com a SENASP e contará com a participação de peritos de mais de uma dezena de estados.

2.7. Diante do exposto, coloca-se como necessária a aquisição de estações periciais de trabalho para uso pelos PCFs lotados na APEX para uso em campo e em ações de capacitação. A aquisição se dará no modelo de Pregão com Sistema de Registro de Preços.

2.8. A Intenção de Registro de Preços – IRP no Portal de Compras do Governo Federal foi cadastrada conforme Documento SEI nº 15297146, momento em que houve o registro de 1 (um) órgão participante (15462212), que foi a Polícia Civil do Estado de Roraima - PCRR (UASG 927020).

2.9. Como se trata de republicação dos itens fracassados e considerada a urgência da contratação destes equipamentos que serão empregados nas ações de capacitação conduzidas pelo SEPEX, como o Curso de Formação Profissional de Peritos Criminais Federais e o Curso de Especialização em Criminalística aplicada a Locais de Crime em 2020 /2021, dispensa-se a divulgação de nova IRP.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00 e do Decreto 5.450/05.

4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) se justifica pelo atendimento ao disposto no inciso IV, art. 3º do Decreto nº 7.891/2013: *"quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração"*

4.2. A adoção da modalidade de SRP se aplica pelas seguintes razões:

- I - permitirá a Administração contratar na medida de suas necessidades e urgências;
- II - assegurará maior flexibilidade na contratação administrativa;

4.3. Faz-se entender que a utilização do SRP está justificada. A Administração Pública está indicando o objeto que pretende adquirir, e informando quantitativos estimados e máximos pretendidos. Ressalta-se que, diferentemente da licitação convencional, não há compromisso assumido de contratação, nem mesmo utilização dos quantitativos estimados. O SRP constitui importante instrumento de gestão, notadamente quando as demandas são de difícil mensuração.

4.4. A opção pelo SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos de economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, por item ou grupo de itens, de acordo com a necessidade da Administração.

4.5. Não será permitida a adesão prevista no art. 22 do Decreto 7.892/13.

4.5.1. Considerando orientação fundamentada em julgado do TCU, que em seu Acórdão 1297/2015-Plenário aponta o uso da ARP por não participante do processo licitatório como uma excepcionalidade, citando inclusive que boa parte da doutrina aponta que a prática do carona representa uma possível afronta a princípios constitucionais, além de distorções funcionais como, por exemplo, os riscos de a empresa detentora da ata controlar parte significativa de negócio local, regional ou nacional e de aquisições que não contemplam a real necessidade do órgão com a leniente adaptação do objeto a ser contratado a um objeto já registrado em ata, no qual o relator reafirmou seu entendimento de que a adesão prevista no art. 22 do Decreto 7.892/2013 para órgão não participante (ou seja, que não participou dos procedimentos iniciais da licitação) é uma possibilidade anômala e excepcional, e não uma obrigatoriedade a constar necessariamente em todos os editais e contratos de pregões para Sistema de Registro de Preços.

4.5.2. Não obstante, a licitação foi precedida de IRP (Intenção de Registro de Preços), com publicação no SIASG, possibilitando, dessa forma, a participação dos órgãos interessados em adquirir o objeto licitado.

4.6. O Órgão Gerenciador será a Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (DITEC/PF).

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega é de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

- 5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:
- 6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.1.6. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 6.1.7. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- 6.1.8. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma *versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;
- 7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.3.1. Incumbe à contratada o ônus da prova da origem do defeito.
- 7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.1.7. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 7.1.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 7.1.9. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização do objeto do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 7.1.10. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas. O local de envio será o Instituto Nacional de Criminalística, em Brasília-DF, e os prazos obedecerão a prática de mercado para cada tipo de equipamento, de comum acordo entre as partes;
- 7.1.11. Comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN nº 01/2010 - SLTI/MPOG, mediante a declaração, reconhecida em cartório, no ato da assinatura do contrato;
- 7.1.12. Deverá adotar, o que couber, às disposições da IN nº 01/2010 - SLTI/MPOG, da Resolução nº 362/2005 - CONAMA e da Resolução nº 340/2003 - CONAMA, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.
- 7.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos Incisos do § 1º, do Art. 57, da Lei nº 8.666/1993.
- 7.1.13.1. A obrigação de arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta estende-se aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 7.1.14. O fornecimento abrange o transporte do material desde o endereço de origem da firma contratada até o local de recebimento descrito acima, sem ônus para a contratante, devendo ser realizado em veículo adequado, acondicionado em embalagens protetoras lacradas e devidamente identificadas para facilitar o recebimento. Caso seja necessário, o material será montado no local, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias após a entrega.
- 7.1.15. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

- 7.1.16. Durante o prazo de garantia, a contratada obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.
- 7.1.17. comprovar a origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, no momento da entrega do objeto, sob pena de cancelamento da Ata e aplicação das sanções previstas no edital.
- 7.1.18. Comprovar as características técnicas exigidas neste Termo de Referência através de catálogos e manuais dos fabricantes dos materiais.
- 7.1.19. A Contratada e seus funcionários que tiverem acesso às instalações da DITEC/PF atendida por este certame estão comprometidas a manutenção de sigilo de quaisquer informações sejam relevantes ou não para a segurança orgânica ou inorgânica da Polícia Federal, durante a execução do objeto contratado.
- 7.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Objeto contratado.
- 7.1.21. Realizar a separação de resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços, em parceria com a Contratante, observado os dispositivos legais e de acordo com o Decreto no 5.940/06 e In/MARE no 6/1995.
- 7.1.22. Cumprir as Normas Brasileiras NBR públicas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 7.1.23. Não transferir a terceiro, por qualquer forma, o presente contrato sem prévio consentimento, por escrito, da Diretoria de Técnica-Científica da Polícia Federal.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$ TX = percentual da taxa anual = 6 %

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Por tratar-se de compra de equipamentos, conforme item 1.1 deste Termo de Referência, não há necessidade de garantia de execução, visto que o objeto será cumprido no momento da entrega dos equipamentos.

14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

14.1. A Contratada deverá prestar garantia nos itens adquiridos pelo prazo mínimo indicado na forma definida nas especificações dos bens elencadas nos subitens 1.12.1 a 1.12.5 deste Termo de Referência, responsabilizando-se integralmente pelo atendimento dos chamados da Contratante e pelos serviços prestados (prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior):

14.1.1. Os períodos de garantia serão contados a partir da data de entrega e aceitação definitiva dos materiais.

14.1.2. Para os bens adquiridos com serviço de instalação, o período de garantia será contado a partir da aceitação definitiva do produto em operação e após a conclusão do treinamento, este quando for o caso.

14.2. Enquanto vigorar o prazo de garantia, a empresa Contratada se comprometerá a substituir, sem ônus para o Contratante, todas as partes ou componentes que vierem a apresentar defeitos, ou mesmo o todo, quando for o caso.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. Quaisquer peças, componentes, acessórios ou outros materiais que apresentarem defeitos de fabricação e/ou instalação devem ser substituídos por originais, iguais ou superiores e novos, sem ônus para a Contratante. A eventual substituição de peças e componentes que não seja originais e novos deve ser expressamente autorizada pela Contratante. O fabricante e a Contratada deverão garantir a existência de partes e peças para reposição, bem como para expansão ou atualização dos equipamentos, por um período não inferior ao de garantia;

14.6. As peças e componentes em substituição, instaladas pela Contratada, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade da Contratante.

14.7. O trabalho de substituição de componente deverá ser realizado no local em que os equipamentos forem entregues e instalados. Havendo necessidade de remoção do equipamento ou envio de peça defeituosa, as despesas de transporte, seguros e embalagens correrão por conta da Contratada. A eventual entrega de componente em local distinto do local de instalação deve ser expressamente autorizada pela Contratante.

14.8. No caso de retirada de qualquer material, a Contratada deverá assinar termo de retirada se responsabilizando integralmente pelo material, enquanto o mesmo estiver em suas dependências ou em trânsito sob sua responsabilidade.

14.9. Somente os técnicos da empresa contratada, ou pessoas a quem ela autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção.

14.10. Quaisquer alegações por parte da Contratada contra instalações (ambiente inadequado, rede elétrica, rede lógica) ou usuários (mau uso, negligência etc.) da Contratante devem ser comprovadas tecnicamente através de laudos detalhados e conclusivos, emitidos pelo fabricante do material. Não serão admitidas omissões baseadas em suposições técnicas sem fundamentação, “experiência” dos técnicos ou alegações baseadas em exemplos de terceiros. Enquanto não for efetuado o laudo, e esse não demonstrar claramente os problemas alegados, a Contratada deve prosseguir com o atendimento aos chamados.

14.11. Os chamados técnicos serão efetuados por meio de canais informados pela Contratada (telefone, e-mail ou internet).

- 14.12. O atendimento deve ocorrer até o próximo dia útil e a correção do problema deve ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data e hora da abertura do chamado pela Contratante. O descumprimento ao prazo citado sujeitará a Contratada a penalidade de multa, conforme estipulado no item 15.2.
- 14.12.1. O prazo para correção do problema indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 14.12.2. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 14.12.3. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 14.13. Para os itens deste Termo de Referência onde a garantia for “*on-site*”:
- 14.13.1. Entende-se por prestação de garantia “*on-site*”, o serviço realizado diretamente pela Contratada nas instalações da Contratante (local de entrega e/ou instalação do produto);
- 14.13.2. Os custos decorrentes de emprego de mão de obra, de deslocamento, de alimentação e de estadia da equipe técnica da Contratada correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus para a Contratante.
- 14.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;
- 15.1.6. não mantiver a proposta.
- 15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 0,4 % (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias. Após o 30º (trigésimo) dia a multa moratória será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento);
- 15.2.3. multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

- 16.1. O custo estimado das aquisições em seus quantitativos mínimos é de R\$ 133.118,92 (cento e trinta e três mil cento e dezoito reais e noventa e dois centavos) e em seus quantitativos máximos totaliza R\$ 266.237,84 (duzentos e sessenta e seis mil duzentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos).

17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

Dotação orçamentária da contratação a ser definida.

CLAUDINETE TAVARES FIRMINO Agente Administrativa Matrícula: 12.833	JOSÉ HENRIQUE LOPES LINHARES DA SILVA Perito Criminal Federal Matrícula: 15.020	CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO Perito Criminal Federal Matrícula: 15.838
---	--	--

DESPACHO

1. Concordo com as justificativas e declarações exaradas neste Termo, tendo-o como motivado e em conformidade com o Inciso II, Art. 14º, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.
2. Aprovo este Termo de Referência tendo em vista o mesmo atender ao Disposto na Legislação da modalidade de licitação Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços.
3. Autorizo a abertura de licitação do tipo Pregão Eletrônico.

ALAN DE OLIVEIRA LOPES
Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO PALHARES MACHADO, Perito(a) Criminal Federal**, em 13/11/2020, às 02:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALAN DE OLIVEIRA LOPES, Diretor(a)**, em 13/11/2020, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16692541** e o código CRC **B3565062**.